

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



VOLUME 34. 2.^a SÉRIE - 2016

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Irene Flunser Pimentel e Cláudia Ninhos, *Salazar Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2013, 925 pp. ISBN: 978-98-9644-221-7

Numa época de renovação e repensamento do regime salazarista as duas historiadoras publicaram no ano de 2013 uma obra decisiva para o entendimento do problema da aniquilação e da perseguição dos judeus, assim como do seu acolhimento em Portugal. Escolhendo o ângulo específico das relações entre Salazar, o nosso país e o problema do Holocausto, as autoras fizeram uma interpretação inovadora no que concerne às fontes utilizadas e à bibliografia atualizada a que recorreram e às conclusões a que chegaram. Trata-se, por isso, de uma obra sólida e original, muito bem estruturada, combinando a riqueza da análise com as virtualidades da síntese. O trabalho de longo fôlego é apresentado através de uma escrita fácil e fluente. Livro de uma historiografia não tanto narrativista, mas muito mais interpretativa, dá-nos uma perspectiva macro e micro-histórica de uma grande abrangência temática. Deixando de lado, tanto quanto possível, as ideologias Irene Pimentel e Cláudia Ninhos enveredaram por um caminho marcadamente científico assente em explicações contextualizadas dos fenómenos estudados em Portugal, ou no estrangeiro. Não se trata de uma análise do sistema concentracionário nem do extermínio dos judeus, mas antes de um trabalho de inteligência sobre a interpretação dos factos e do que existe para além deles. Na obra não se descobre uma teoria implícita, mas as historiadoras distanciaram-se das abordagens neo-positivistas tão em voga actualmente nalguma Historiografia. Os enquadramentos históricos gerais sobre a Alemanha Nacional Socialista, a neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial e as relações entre o Estado Novo e o Nazismo funcionaram como elementos fundamentais para o entendimento das investigações mais empíricas baseadas no estudo de fontes primárias como documentação de Arquivos e imprensa. Simultaneamente, as historiadoras também exploram bem a bibliografia passiva para chegarem a conclusões inovadoras sobre os assuntos em causa. A Parte I, de Cláudia Ninhos leva-nos diretamente ao conhecimento dos aspetos essenciais do regime Nacional-Socialista e introduz-nos no estudo do antissemitismo e da eugenia. Não é, porém, pacífica a leitura que as autoras fazem deste fenómeno uma vez que se confrontam – especialmente Irene Pimentel – desde logo com o historiador Manuel Loff o qual tem uma interpretação mais radical do eugenismo, enquanto a autora revela uma visão mais matizada do assunto apoiando-se sobretudo nas fontes impressas sobre o tema. Uma questão central da extensa obra, mas de leitura agradável é a análise do relacionamento entre o Estado Novo e o Nacional-Socialismo com a abordagem da Constituição de 1933, o estudo do anticomunismo – a «grande heresia da nossa idade» – a repressão político-ideológica sobre a sociedade e o estudo quase exaustivo de

A Esfera, órgão da imprensa germanófilo o qual foi a expressão, em Portugal, da ideologia nazi. As historiadoras mostraram a existência, já por nós conhecida, de uma colaboração efetiva entre as autoridades portuguesas a começar pelo seu Chefe e a terminar nas polícias e nos militares. Os nacionais-socialistas mostraram-se sempre ávidos do exercício de uma hegemonia política no nosso país. O antisemitismo, como as historiadoras nos explicaram, era um dos vetores ideológicos essenciais dessa política de combate ao elemento judaico. Daí a história genealógica feita desde o Integralismo Lusitano, à virulência ideológica de Mário Saa, passando pelo Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto até à «zona cinzenta» de Primo Lévy aplicada ao caso português. A Parte I termina com a análise, bem fundamentada nas fontes e na bibliografia, da política externa portuguesa em relação aos refugiados desde os anos 30, não se coibindo as autoras de colocar a questão centrada na existência ou não de uma questão judaica no nosso país. Atenas, Salónica, a Suíça, Angola, Istambul e Itália eram cidades, ou países onde os problemas judaicos são abordados com o espírito crítico e o distanciamento da maturidade das duas historiadoras cujos textos, que compõem a obra no seu conjunto, dão a ideia de terem sido escritos a duas e não a quatro mãos. As autoras explicaram como num país sem tradições antisemitas a partir de 1938 foi publicada legislação antijudaica que transformou o Estado dirigido pelos fascistas liderados por Mussolini num país cujas autoridades perseguiram e enviaram para os campos de concentração muitos judeus de entre os quais, Primo Lévy, escritor e memorialista já referido. Num momento em que a Europa fechava os olhos ao problema dos judeus vítimas do holocausto e em que Salazar assumia uma atitude de alguma ambiguidade perante a questão e em que Aristides de Sousa Mendes em Bordéus e Baiona desobedecia às ordens de Salazar concedendo milhares de vistos aos judeus vindos de toda a parte da Europa, o nosso país foi acolhendo com complacência aqueles homens e mulheres que no seu cosmopolitismo pouco tinham a ver com as mentalidades sociais das pessoas das nossas cidades do litoral (ex. Caldas da Rainha e Figueira da Foz). Da «Noite de Cristal» (1938) à «Solução Final para a questão judaica» definida na Conferência de Wannsee em 1942 (Arno J. Mayer) foi todo um percurso da política desenvolvida pelos nazis em relação aos judeus cujos reflexos acabariam por se fazer sentir em Portugal com a vinda de milhares de refugiados que encontravam no nosso país um novo fôlego necessário à aventura da América do Norte. No caso especificamente português, as historiadoras estudam a questão dos marranos do interior (Beira Alta e Trás-os-Montes), a obra de Resgate do capitão Barros Basto convertido ao judaísmo durante a Primeira Guerra Mundial, a construção das sinagogas de Lisboa (1904) e Porto (1938) e a elite judaica urbana integrada na sociedade portuguesa.

Na parte II as autoras analisam a neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial. Cláudia Ninhos definiu a posição de Salazar perante a política europeia e explicou a espionagem e a propaganda nazis em Portugal. No capítulo 2º, Irene Pimentel abordou circunstanciadamente os problemas da organização do auxílio e do apoio aos refugiados (polacos, holandeses, belgas, franceses, etc.). A autora explicou-nos as substanciais diferenças económicas entre os judeus. Enquanto os mais ricos viviam em luxuosos hotéis do Estoril e Cascais, os mais pobres escolhiam sobretudo a zona litoral do país. No entanto, também havia judeus na Cúria, em Coimbra, Sintra, Ericeira, Porto, Praia das Maças e Azenhas do Mar, Costa da Caparica, Almada, Oeiras, Parede e Paço de Arcos. O Estado Novo tinha estabelecido zonas de residência fixa para os refugiados em Portugal e era nelas que eles viviam.

Irene Pimentel e Cláudia Ninhos fazem um logo estudo sobre a relação entre os países aliados e o Holocausto desde o antisemitismo na fase inicial da Guerra passando pela política germânica na Polónia até às deportações para o Leste Europeu. Realce particular para a análise dos Guetos (ex. Varsóvia e Lodz). Estes fenómenos, segundo as historiadoras relacionaram-se com a Operação Barbarossa e com os passos que foram dados, de forma improvisada, até ao delineamento da «Solução Final». No contexto do debate historiográfico sobre a questão, as autoras destacam as teses intencionalistas, funcionalistas e estruturalistas sobre a temática. E, nesta sequência, surge o nome de Ian Kershaw autor de uma vasta biografia de Hitler e um dos grandes nomes da historiografia britânica atual que tem uma posição mais cautelosa do que as teorias mencionadas retirando ilações tanto de uma como de outra para a obtenção de uma interpretação própria sobre o assunto. Contudo, ainda segundo Irene Pimentel e Cláudia Ninhos, o debate sobre o papel de Hitler e das suas estruturas de poder não terminou com Kershaw.

Como se sabe, o Holocausto foi uma imensa tragédia, talvez a maior da História da Humanidade. Da França dos campos passando pela Polónia onde se situavam centenas de campos de concentração, até aos horrores da Hungria e da zona balcânica tudo isto revela a falência da Razão iluminista e representa uma quebra no progresso histórico cujo teorizador tinha sido o «Ideólogo» Condorcet na fase final do Iluminismo. Mas a barbárie estendeu-se a muitos outros países e o seu lugar de memória, por excelência foi, como todos sabem, Auschwitz. O genocídio do povo judaico mereceu das historiadoras todo um desenvolvimento sistemático ora analítico, ora sintético, que nos dá uma visão completa sobre a situação dos judeus na Europa. Irene Pimentel e Cláudia Ninhos quantificam quando é preciso quantificar e o exemplo mais nítido é o da Hungria onde segundo algumas fontes teriam sido assassinados pelos húngaros 63 000 judeus e pelos nazis 686 007. Em Auschwitz, ainda de acordo com os dados fornecidos pelas autoras foram massacrados 10 000 judeus

por dia e, em quatro semanas, 438 402 pessoas desse país foram enviadas para o campo da morte mais paradigmático da Segunda Guerra Mundial. São números impressionantes que demonstram como as teses relativistas, ou negacionistas representaram uma mistificação da história sem paralelo.

O fenómeno do Holocausto foi muito conhecido em toda a Europa e as opiniões públicas melhor ou pior informadas estavam a par da realidade. No caso português, Irene Pimentel e Cláudia Ninhos analisaram em pormenor a questão sobretudo recorrendo à imprensa católica (ex. *O Novidades, Lúmen*) e aos jornais *República* e *Diário de Lisboa*. Cláudia Ninhos mostrou que a censura impedia que a população alfabetizada tivesse acesso às notícias sobre o Holocausto, pois estas eram muitas vezes eliminadas pelos Serviços da PVDE.

Na parte final da obra Irene Pimentel analisa alguns dos aspetos fundamentais da política nazi como os crimes e os julgamentos dos judeus. Os julgamentos de Kramer, e de Goring (Nuremberga) o caso de Keitel e dos outros chefes militares alemães. O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do governo nazi, Ribbentrop também teria de se sujeitar à justiça. Quando Hitler se suicidou no Bunker, em Portugal foi decretado um dia de luto nacional, enquanto se manifestava “alegria nas ruas”.

Ao lermos esta longa obra obtivemos uma vasta informação sobre o fenómeno totalitário e o Holocausto. Como não poderia deixar de ser reforçamos a sensibilização para o tema e ficámos com o desejo de continuar a ler livros que se ocupem do assunto nos planos nacional e internacional. O olhar do cinema é importante, mas só por si não basta para uma correta interpretação do genocídio do povo judaico pelos nazis. Assim, julgamos que o trabalho, de grande qualidade científica, de Irene Pimentel e Cláudia Ninhos para além de reunir todas as condições de natureza científica reveladas representa um grande passo no sentido do conhecimento de um tema até agora ainda não estudado entre nós. É, por isso, uma obra indispensável para os leitores interessados nesta temática e de leitura obrigatória para todos aqueles que por razões de ofício tiverem necessidade de se informar sobre o caso português no quadro da barbárie nazi.

VÍTOR NETO

Faculdade de Letras da UC/Ceis20

vitormpneto@sapo.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_15

David Priestland, *A Bandeira Vermelha. História do Comunismo*, Lisboa, Texto Editores, 2013 (Edição original em língua inglesa, 2000). ISBN: 978-97-2474-331-8

David Priestland é atualmente um dos maiores especialistas mundiais da História do Comunismo interpretado a uma nova luz, sem obediência